

# **PT** O PARTIDO QUE DEFENDE **VOCÊ**

MARÇO/2024



A luta contra  
a privatização  
da Sabesp

O escândalo  
da anistia das  
multas da  
Covid-19

**BALANÇO DOS TRABALHOS**  
da Liderança da Federação PT/PCdoB/PV na Alesp

## Índice

- 03.** editorial
- 04.** atuação da bancada
- 06.** defesa da reforma agrária
- 08.** moradia e dignidade
- 09.** funcionalismo
- 10.** educação
- 12.** sabesp
- 14.** panes e apagões
- 16.** orçamento
- 17.** desigualdade social
- 18.** segurança
- 20.** negacionismo
- 22.** bancada - composição

**Líder da bancada:** Deputado Paulo Fiorilo

**Produção de conteúdo:** Marisilda Silva (MTb.12.645),  
Raquel Dreguer (MTb.30174), Rosário Mendez (MTb.  
22.849)

**Projeto gráfico e editoração:** Fernando Duarte Caldas

**Imagens:** Geovana Oliveira, Elineudo Meira,  
Lucas Porto, Agência de Notícias da Assembleia  
Legislativa de São Paulo

**Impressão:** Versa Print Comunicação Visual Ltda.  
CNPJ 23.531.154/0001-05

**Revista de balanço dos trabalhos da liderança  
da bancada de deputadas e deputados da  
Federação PT/PCdoB/PV na Assembleia  
Legislativa do Estado de São Paulo.  
Março/2023 a Março/2024**



# EDITORIAL

O ano de 2023 foi um marco para o estado democrático de direito. A eleição do presidente Lula representou o retorno do país à normalidade democrática e institucional, trazendo de volta um projeto de governo para todos os brasileiros e brasileiras.

Em São Paulo, o fim da hegemonia tucana e a eleição de Tarcísio de Freitas, apoiado por Bolsonaro, nos mantiveram alertas desde o início do governo, antes mesmo de nossa posse, em 15 de março, quando o PT retomou cadeiras importantes no Parlamento, aumentando sua bancada de 10 para 18 deputados e deputadas. Neste primeiro ano de legislatura, enfrentamos o desafio de atuar como uma Federação que, unindo forças com o PCdoB, conta hoje com 19 dos 94 assentos no Legislativo.

Desde que assumi a liderança da Federação, temos sido implacáveis na fiscalização do governo Tarcísio, debatendo os projetos do Executivo, denunciando os problemas da gestão, obstruindo a votação de iniciativas que não atendem os interesses da maioria do povo e buscando soluções judiciais, sempre que necessário. Defendemos nossas posições, ocupando todos os espaços aos quais temos direito como Federação com a maior bancada do parlamento paulista.

Apesar das prioridades de cada mandato, a liderança atuou de forma coletiva e unificada, em sintonia com a direção do PT no Estado e em diálogo com os movimentos sociais e sindicais e com a sociedade em geral. Isso permitiu uma ação coesa e maior visibilidade a temas como a entrega de terras públicas para grileiros e a privatização da Sabesp. Tarcísio quer se destacar como

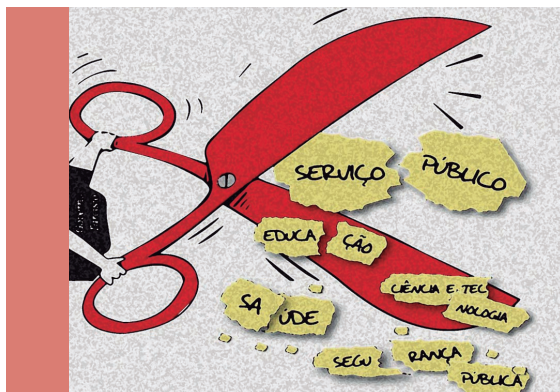


gestor, mas seu governo não apresentou um único projeto impactante para o Estado, para além do sucateamento da máquina pública, a privatização de bens e serviços e o alinhamento ideológico com o bolsonarismo.

O desafio da nossa bancada é mostrar para a sociedade quais são as responsabilidades do governo do Estado em áreas como segurança pública, educação, moradia, saúde e direitos sociais e demarcar que o governador Tarcísio está longe de cumprí-las. Seguiremos firmes nesta missão.

**Paulo Fiorilo**  
**Líder da Federação PT/PCdoB/PV na**  
**Assembleia Legislativa de São Paulo**

# ATUAÇÃO DA BANCADA



**“ Tarcísio é o governador que mais vetou projetos de parlamentares. ”**

## ENTREGUISMO SEM LIMITES

O governador Tarcísio de Freitas inicia o segundo ano de mandato marcado por sua postura de entreguista do patrimônio público do Estado.

Em 2023, o Parlamento aprovou o Projeto de Lei 1.501/23, que autoriza a privatização da Sabesp, feito alcançado por meio de negociação de emendas e do uso da força e truculência, resultando em pancadaria nas galerias do plenário.

Ao contrário da suposta eficiência da iniciativa privada alardeada pelo governador, os serviços privatizados ou concedidos são os campeões de reclamação dos usuários, como é o caso da ViaMobilidade, responsável por linhas de trem e metrô, e a empresa de energia elétrica Enel Distribuição São Paulo, presente em 24 cidades da Região Metropolitana. Os problemas persistem e a população sofre com a péssima qualidade dos serviços prestados.

Durante o ano de 2023, o governador submeteu 26 propostas à Assembleia Legislativa, das quais 16 foram aprovadas e sancionadas. As propostas que tratavam de reajustes salariais, contratos emergenciais e autorizações de empréstimos tiveram votos favoráveis da bancada.

Atualmente, há outros projetos complexos em tramitação, incluindo a PEC 9 da Educação e o projeto de prorrogação de prazo para entrega de terras públicas devolutas, proposições obstruídas pela oposição.

Tarcísio desponta como o governador que mais vetou projetos de autoria de deputados e deputadas. Em 2023, dos 61 projetos aprovados em plenário, 33 foram vetados totalmente, 16 parcialmente e 12 sancionados. Entre os do PT, foram 8 vetos e 4 sanções.

Em resumo, o governador martelou muito e dialogou pouco com o conjunto da sociedade que não orbita o universo bolsonarista.





## BANCADA ATUA UNIDA E OCUPA ESPAÇO NO PARLAMENTO

As deputadas e os deputados da Federação PT/PCdoB/PV têm lutado contra um governo que tem maioria e é apoiado por partidos de centro e de direita e por deputados de extrema direita conservadores. Além das batalhas travadas no Parlamento, ao longo deste primeiro ano a liderança da bancada apresentou 32 requerimentos de informação e promoveu 28 interpelações judiciais. Essas ações têm se mostrado ferramentas importantes de pressão, para exigir respostas dos órgãos de controle e do próprio governo.

A aproximação e diálogo com o governo federal também têm sido uma estratégia da bancada. Ministros e representantes do governo Lula participaram de reuniões com a bancada, o que permitiu, em 2023, diálogos com a ministra da Saúde, Nísia Trindade, a então ministra dos Esportes, Ana Moser, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o diretor de Atenção Primária do Ministério da Saúde, Felipe Proença, o presidente do BNDES, Aloízio Mercadante,

e o superintendente do IPHAN/SP, Danilo Nunes, entre outras representações.

Também foram realizadas visitas protocolares da bancada a órgãos estaduais, como a Procuradoria-Geral do Estado, a Defensoria Pública, Tribunal de Contas e OAB/SP, na pessoa da presidente Patrícia Vanzolini, por duas vezes presente nas reuniões da Bancada. A direção do PT estadual tem sido uma parceira fundamental. O presidente Kiko Celeguim e outros dirigentes partidários participam regularmente das reuniões da bancada.

“Em um ano marcado pelo tema Sabesp, a bancada liderou uma força-tarefa, reunindo não apenas os deputados e as deputadas da Federação, mas também parlamentares do PSOL, PDT, PSB e Rede, além de vereadores do PT da capital, sindicatos e entidades, traçando uma estratégia unificada de ação. Apesar dos enormes desafios, é trabalhando de forma coletiva que a bancada continuará defendendo a população”, afirma o líder Paulo Fiorilo.

# A DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA E DAS TERRAS PÚBLICAS DEVOLUTAS

*A luta contra a venda de áreas públicas devolutas permeou 2023 e continua, agora, em 2024. A bancada da Federação, unindo forças com os movimentos sociais, lançou uma carta em defesa das terras públicas e da democracia.*







*Simão Pedro esteve no STF para dialogar com ministra*

A lei 17.557/22, que permitiu a venda de áreas públicas devolutas, foi denunciada pela bancada desde a sua tramitação, durante a liderança da deputada Márcia Lia, e atualmente é objeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, protocolada pelo PT e que aguarda manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF) há mais de um ano.

As terras devolutas são áreas públicas ocupadas de maneira irregular, que nunca receberam uma destinação específica por parte do poder público e jamais foram consideradas propriedade particular, mas estão nas mãos de grandes fazendeiros.

Essa lei legalizou a grilagem de terras, permitindo que sejam vendidas pelo governo



*Márcia Lia denuncia, no plenário, benefício a grileiros*

Tarcísio com descontos entre 78% e 90%. O prejuízo aos cofres públicos, decorrentes desse desconto, supera a marca de R\$1 bilhão. Entre 200 a 300 mil hectares serão destinados a quem já tem posses. Uma verdadeira anti-reforma agrária, que precisa ser barrada

Em agosto, um ato promovido pela bancada, junto com o MST e entidades sociais, denunciou a venda das áreas e lançou uma Carta em defesa das terras públicas e da democracia. Os deputados Simão Pedro e Suplicy estiveram com a ministra Cármen Lúcia em junho passado. Agora, a bancada agendará novamente com ministros do STF para solicitar a análise imediata da matéria.

## MEIO AMBIENTE À DERIVA

Embora o governo do Estado fale em sustentabilidade e preservação ambiental, até o momento não foram apresentadas políticas efetivas nesse sentido. A fusão da Secretaria de Meio Ambiente com a de Logística e Infraestrutura pareceu mais uma estratégia para acelerar a entrega de recursos naturais à iniciativa privada do que uma preocupação genuína com a preservação do meio ambiente.

A extinção de importantes institutos, como o Geológico, o Florestal e o de Botânica, e o enfraquecimento do trabalho de extensão rural, iniciados pela gestão Doria e mantidos por Tarcísio, demonstram a falta de compromisso com a proteção ambiental e a produção de alimentos de forma sustentável.

Não à toa, o governo prioriza interesses de grandes fazendeiros ao invés de incentivar projetos sustentáveis que promovam a transição agroecológica.

Enquanto isso, o Plano Estadual de Meio Ambiente inclui concessões de parques e mais um programa de despoluição do rio Tietê. O maior estado da Federação parece estar despreparado para enfrentar os desafios que a crise climática nos impõe.

É por isso que os deputados Maurício e Rômulo Fernandes, membros da Comissão de Meio Ambiente, fazem o enfrentamento nas reuniões e cobram do Parlamento o debate destes e de outros temas que impactam diretamente a vida de todos os paulistas.

# MORADIA E DIGNIDADE

## TRAGÉDIA EM SÃO SEBASTIÃO

Um ano após a tragédia em São Sebastião, quando um evento climático extremo provocou fortes chuvas e o deslizamento de encostas no litoral norte, causando a morte de pelo menos 65 pessoas, a resposta do Estado é lenta, ineficaz e deixa um rastro de destruição e centenas de famílias desabrigadas.

As famílias desalojadas sofreram com a escassez de água potável, com a perda de seus entes e pertences. Até agora, apenas assistem à morosidade e à falta de ação articulada entre município e estado. A tragédia motivou ações da bancada da Federação PT/PCdoB/PV e foi um dos focos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Deslizamentos de Encostas, integrada pelos deputados Donato e Dr. Jorge do Carmo.

A CPI constatou que o governo Tarcísio não reestruturou o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil. Passado um ano, os recursos orçamentários não foram elevados, não se



*Donato em reunião da CPI dos Deslizamentos*

encaminhou uma lei estadual que organize a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil e não se instituiu um Conselho Estadual.

Diante de um relatório superficial produzido pela CPI dos Deslizamentos de Encostas, os deputados petistas optaram por apontar a necessidade de o Estado elaborar um plano estadual de proteção e defesa civil, com ações integradas entre municípios, estado e união. Ambos parlamentares têm projetos de lei que abordam o tema.

## COMISSÃO DE HABITAÇÃO

Para discutir e elaborar políticas públicas que permitam superar o déficit habitacional das famílias no estado de São Paulo e garantir moradia digna, o deputado Dr. Jorge do Carmo (foto ao lado) propôs, e foi aprovada, a criação da Comissão Permanente de Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana, na Assembleia Legislativa. Além do deputado Dr. Jorge, é membro efetivo o deputado Simão Pedro.





# FUNCIONALISMO

## GOVERNO DESVALORIZA E DIVIDE AS CATEGORIAS

No primeiro ano de sua gestão, o governador Tarcísio enviou projetos de reajuste salarial para apreciação da Alesp. Parecia sinalizar preocupação com os servidores públicos, mas bastou realizar uma leitura atenta das propostas para entender que a estratégia do governo era dividir as categorias.

O aumento dos salários das polícias, por exemplo, deixou de fora a polícia penal e foram aplicados índices diferentes para a correção dos salários de delegados em relação às demais carreiras das polícias civil e militar. Além disso, o governo tentou emplacar a volta do famigerado confisco sobre os salários de aposentados e pensionistas, mas foi desmascarado pela bancada da Federação, obrigando-o a recuar e retirar esse trecho do projeto.

Nas proposituras de autoria do governador, o rito imposto foi de tramitação de urgência, inviabilizando o debate ordinário nas comissões permanentes e saltando direto para o chamado “congresso de comissões”, quando os membros de diversas comissões se reúnem ao mesmo tempo para debater a matéria. Mesmo diante da estratégia governista, diversos parlamentares da bancada da Federação apresentaram emendas e substitutivos no sentido de que a todo o funcionalismo fosse garantido um reajuste de 20% em média.

Outros projetos de reajustes pontuais, a atualização do salário mínimo paulista e a prorrogação de contratos emergenciais na saúde também foram debatidos em “congresso de comissões” e aprovados em plenário. A bancada da Federação votou favoravelmente e vem cobrando o governo



*Manifestação de servidores na CCJR da Alesp*

para que cumpra acordos, enviando o projeto de reajuste dos policiais penais e o aumento do vale-refeição prometidos, ao mesmo tempo em que mantém diálogo aberto com o funcionalismo estadual por garantias de planos de cargos e salários dignos para todos.

### Falsa Reforma Administrativa

Aprovado em dezembro, o projeto que o governo de São Paulo chamou de reforma administrativa não contemplou de fato uma reestruturação da administração pública e tampouco tratou de um plano de cargos e salários do funcionalismo público. A proposta se limitou a excluir cargos vagos e readequar 21 mil vagas em comissão e em funções de confiança, sem apresentar ao Parlamento como estas serão distribuídas nas secretarias e órgãos do Estado.

A análise da bancada é de que a aprovação foi um verdadeiro cheque em branco para o governo, aumentando o número de cargos para contemplar seus apoiadores. Os deputados e deputadas da bancada da Federação votaram contra esta reforma administrativa.

# EDUCAÇÃO



*Deputadas Professora Bebel e Leci Brandão*

***Atuação vigilante da bancada e da sociedade impediu decisões esdrúxulas do secretário empresário***

## EDUCAÇÃO NÃO É UM NEGÓCIO

Deputados e deputadas da bancada da Federação PT/PCdoB/PV enfrentam o desafio de evitar que a gestão da educação pública no Estado se torne um mero balcão de negócios, destinado a engordar lucros do setor empresarial.

Ao longo de 2023, os parlamentares denunciaram e combateram os desmandos do secretário de Educação, Renato Feder. Os questionamentos ao secretário, conhecido pelo legado de precarização que deixou no Estado do Paraná, começaram desde sua nomeação. Parlamentares do PT pediram à Justiça que investigasse a existência de conflito de interesses, já que Renato Feder detém capital acionário da empresa Multilaser, que mantinha contratos com a pasta da Educação, no valor de aproximadamente R\$ 200 milhões, envolvendo o fornecimento de 97 mil equipamentos eletrônicos.

Em agosto, o anúncio de que a Secretaria de Estado da Educação não iria aderir ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) causou perplexidade e indignação. Após ação protocolada pelos deputados Donato e

Paulo Fiorilo, e respaldada por amplos setores da sociedade, a Justiça suspendeu o ato do governo de Tarcísio de Freitas e a Secretaria da Educação recuou.

Em setembro, uma ação popular proposta pela deputada Professora Bebel foi acatada pela Justiça e suspendeu a divulgação de material didático digital com erros de conteúdo em várias disciplinas.

O ano de 2024 mal começou e novas denúncias envolvem a secretaria da Educação: a Bancada ingressou com ação no Ministério Público para que o órgão apure irregularidades no Programa Estadual de Contratação de Psicólogos Escolares.

Os erros e descompassos da secretaria estadual na atribuição de aulas para os professores e o prejuízo para o ano letivo de 2024 também têm sido questionados pela deputada Professora Bebel e pela Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo).

Na Alesp, a Comissão de Educação e Cultura é presidida pela deputada Professora Bebel, que conta com a deputada Leci Brandão (PCdoB) como membro efetivo.



## MOBILIZAÇÃO PERMANENTE CONTRA CORTES NA EDUCAÇÃO

A bancada da Federação PT/PCdoB/PV está concentrada na tarefa de não permitir a aprovação da PEC 9/2023, de autoria do governador, que busca alterar a Constituição do Estado para reduzir, de 30% para 25%, o gasto mínimo com educação.

Na justificativa do projeto, o governo utiliza dados sobre expectativa de vida e natalidade em São Paulo para argumentar que as exigências de saúde são maiores do que as de educação e, por isso, quer transferir recursos de uma pasta para outra.

Contraditoriamente, o mesmo governo Tarcísio, ao elaborar o orçamento da pasta de saúde para 2024, destinou menos recursos do que o previsto no ano de 2023: 2% abaixo do orçado para o ano anterior.

A PEC 09 segue tramitando e, a cada reunião da comissão, deputadas e deputados se mantêm atentos, ao lado de profissionais da educação e estudantes, mobilizados pela deputada Professora Bebel. São membros efetivos da CCJR os deputados Dr. Jorge do Carmo, Reis e Rômulo Fernandes.

***Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação deputadas e deputados do PT e partidos de oposição impedem o avanço da PEC 9/2023, que reduz verbas da educação***



(Da esq. para a dir.) Rômulo Fernandes, Dr. Jorge do Carmo, Professora Bebel e Reis em reunião da CCJR

## LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SABESP

Logo no início de 2023, diante da evidente intenção do governador Tarcísio de entregar a Sabesp para a iniciativa privada, foi lançada na Alesp a Frente Parlamentar Contra a Privatização da Sabesp, coordenada pelo deputado Emidio de Souza.

Com a tramitação do projeto no Parlamento, a bancada da Federação, junto com entidades do setor, sindicatos, movimentos sociais e ambientalistas, debateu e analisou o impacto que a privatização da empresa poderia ter sobre a universalização do acesso à água potável em vários municípios abastecidos por ela, sobre o valor da tarifa e a coleta e o tratamento de esgoto.

A Sabesp é uma empresa com 50 anos de existência, responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto para 28,4 milhões de pessoas, que lucrou R\$ 3,12 bilhões, em 2022.

Enquanto aconteciam as mobilizações em defesa da Sabesp, o governador fazia reuniões com prefeitos, com o setor privado e com deputados de sua base, liberando recursos públicos, que resultaram na



*Emidio de Souza, coordenador da Frente Parlamentar contra a Privatização da Sabesp*

aprovação do projeto em pouco mais de 50 dias de tramitação.

As várias irregularidades cometidas para acelerar a tramitação foram levadas pelo PT ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado. Mais do que isso, a inconstitucionalidade de se autorizar a desestatização da empresa de saneamento por meio de projeto de lei – o que só pode ocorrer por alteração da Constituição Estadual – foi levada ao Supremo Tribunal Federal. Algumas dessas ações ainda aguardam julgamento.



*Deputados da Federação participam de congresso de comissões que discutiu projeto da Sabesp*





*Polícia Militar usa violência para expulsar público da galeria do plenário Juscelino Kubitschek, durante a votação do projeto da Sabesp*

## JORNADAS CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA

Na batalha judicial promovida contra a privatização da Sabesp, várias medidas judiciais foram interpeladas: Suspensão de audiência na Alesp, ação do deputado Luiz Claudio Marcolino; Ação Popular da Federação, juntamente com sindicatos, CUT-SP, o Instituto Lula e o PT/SP questionando o contrato com a IFC feito sem licitação e firmado antes de o governador ter sido autorizado pelo Legislativo. Foram dois mandados de segurança: um de autoria do deputado Jorge do Carmo e outro do deputado Emidio de Souza, o primeiro pedindo a suspensão da tramitação do projeto de lei e o outro, a sua substituição por uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Uma ação pública na vara cível da Justiça, promovida pelo deputado Maurici e PT/SP, na pessoa do presidente Kiko Celeguim, pediu a nulidade do contrato entre o governo estadual e a IFC e, recentemente, uma ação popular dos deputados Maurici e Paulo Fiorilo, junto com PT/SP, trata da suspensão da consulta pública realizada pela secretaria estadual de Meio Ambiente, Logística e Parcerias.

### **Plebiscito Popular**

Na ausência de uma consulta oficial à população sobre a privatização da Sabesp, parlamentares, sindicatos de trabalhadores em água e esgoto, metroviários e ferroviários promoveram um plebiscito popular que ouviu

879.431 pessoas. A consulta resultou em 99,75% dos votos contrários à privatização. Na Alesp, o deputado Suplicy, entre outros parlamentares, apresentou projeto exigindo o referendo, sem sucesso.

### **Violência**

Mesmo com tantas irregularidades, no dia 06/12, o projeto de privatização da Sabesp foi à votação. Trabalhadores, sindicalistas e estudantes manifestavam-se nas galerias do plenário, enquanto deputados governistas respondiam com provocações. A tensão cresceu, e a Polícia Militar foi acionada e usou cassetetes, gás lacrimogêneo e spray de pimenta contra os manifestantes. Várias pessoas ficaram feridas e quatro manifestantes foram presos.

Como o gás lançado tomou conta do plenário, parlamentares do PT, PCdoB, PSOL, PSB e Rede decidiram não participar da votação diante das condições insalubres. Porém, a sessão foi retomada e, com 62 votos favoráveis, a base do governo aprovou a entrega ao setor privado da maior empresa brasileira de abastecimento de água.

O processo de entrega da Sabesp segue, agora, para as novas fases definidas pelo governo Tarcísio. Tanto a bancada da Federação quanto o PT/SP, a partir da atuação nas câmaras municipais, prefeituras e setoriais do PT, continuarão denunciando esse processo açodado.

# PANES E APAGÕES



*Deputados Luiz Fernando e Luiz Claudio Marcolino*

## O RESULTADO DAS PRIVATIZAÇÕES

No transporte, as Linhas 8 e 9 de trens metropolitanos foram privatizadas e passaram para o controle da ViaMobilidade, em 27/1/2022. Desde então, os passageiros passam por transtornos diários, com falhas, acidentes e descarrilamentos. As falhas são quase sete vezes maiores do que as registradas no último ano de operação do conjunto de linhas gerenciados pela CPTM. Fiscalizam estes e outros temas os deputados Luiz Fernando Teixeira Ferreira, presidente da Comissão de Infraestrutura, e deputada Thainara Faria, membro da comissão. Pela Comissão de Transportes e Comunicações, este papel está a cargo dos deputados Donato, Emidio de Souza e Enio Tatto.

A concessionária Enel Distribuição São Paulo deixou milhões de pessoas sem energia elétrica por uma semana, na cidade de São Paulo e na Região Metropolitana. Os graves problemas da Companhia, que não se restringem a São Paulo, motivaram a demissão do presidente da Enel Brasil.

Na CPI da Enel, os deputados Luiz Claudio Marcolino e Luiz Fernando investigaram diversas falhas e questionaram o papel da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - Arsesp.

Os petistas criticaram a ingerência do governo do Estado para livrar a agência reguladora de suas responsabilidades pelas falhas flagrantes na fiscalização dos serviços executados pela concessionária Enel.



## A PRIVATIZAÇÃO DO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS

Os trabalhadores do Metrô e da CPTM estão em permanente mobilização contra a tentativa de privatização de linhas dos sistemas metroferroviário.

No leilão realizado no último dia 29/2 pelo governo de São Paulo, o Grupo Comporte venceu como único concorrente o lote para a implantação do Trem Expresso Intercidades (TIC Eixo Norte), o Trem Intermetropolitano e a concessão da Linha 07 Rubi da CPTM, que liga as cidades de São Paulo a Jundiaí. Estranhamente, o vencedor se reuniu um dia antes com o governador, em agenda oficial.

Em 2023, a mobilização dos sindicatos das categorias de saneamento e transportes resultou em uma importante ação coletiva, com duas greves unificadas



*Audiência pública contra a privatização da CPTM*

contra as privatizações. Na bancada da Federação, a participação de deputados e deputadas nas atividades de mobilização e a organização de debates e audiências públicas movimentaram a Alesp.

## A ENTREGA DA EMAE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, tem declarado que a privatização da Emae, Empresa Metropolitana de Águas e Energia, controlada pelo governo do Estado, deve ocorrer em abril.

A empresa encerrou setembro de 2023 com uma receita líquida acumulada em 12 meses de R\$ 603 milhões e um patrimônio líquido de R\$ 1,16 bilhão.



*Maurici tem atuado no tema da EMAE*

Hoje, o Estado de São Paulo detém 97,6% das ações ordinárias da Emae, ou 39% do capital total. Outro acionista importante é a Eletrobras, com 64,8% das ações preferenciais da empresa e 39% do capital total.

Última estatal de energia elétrica do governo paulista, a Emae detém e opera um sistema hidráulico e gerador de energia que se estende do município de Salto até a Baixada Santista, passando pela região metropolitana de São Paulo.

Um seminário coordenado pelo deputado Maurici (foto), em novembro passado, debateu o tema com especialistas, que consideram a privatização da Emae tão grave quanto a venda do controle acionário da Sabesp.

A proposta de concessão vai impactar a atribuição da Emae de gerir o sistema de macrodrenagem e de controle de cheias na região metropolitana de São Paulo. A EMAE também é responsável por gerenciar balsas, diques, barragens e reservatórios.



# ORÇAMENTO



*Deputado Enio Tatto fala em audiência pública sobre o orçamento 2024*

## ORÇAMENTO ENGESSADO

O primeiro orçamento elaborado pela gestão do governador Tarcísio de Freitas para o exercício de 2024 recebeu 21 mil emendas de parlamentares, provando que o projeto estava muito longe do ideal. Boa parte das sugestões foi proposta durante as audiências públicas promovidas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa.

Integrantes da Comissão, os deputados Enio Tatto e Luiz Cláudio Marcolino estiveram presentes na maioria das audiências realizadas em diversas

regiões administrativas do Estado.

Mesmo com um orçamento previsto de R\$ 328 bilhões, 6,8% maior do que o orçamento do ano anterior, a maioria das porpostas apresentadas pela bancada e representantes da sociedade civil nas audiências públicas foram rechaçadas.

A democratização do orçamento e a destinação de recursos para atender as demandas prioritárias elencadas nas audiências públicas é uma bandeira da bancada da Federação PT/PCdoB/PV há muitos anos.

## TRANSPARÊNCIA: NINGUÉM SABE, NINGUÉM VÊ

Há muito tempo os governos estaduais têm adotado uma política de benefícios fiscais que retira parcela significativa de recursos do orçamento público, sem que os órgãos de controle, incluindo o Legislativo, possam fiscalizar adequadamente. No caso de São Paulo, o governo não divulga quem

se beneficia dessas isenções nem quais medidas compensatórias são adotadas pelo Estado.

Para garantir o acesso democrático a esses dados, a bancada apresentou o Projeto de Lei 1.123/23, que estabelece uma Política de Benefícios Fiscais. A proposta está em tramitação.

# DESIGUALDADE SOCIAL

## DESCASO E TRUCULÊNCIA

A gestão estadual tem negligenciado o desenvolvimento social, especialmente em relação à população em situação de rua e dependentes químicos. Ações truculentas e desastrosas na região da chamada Cracolândia têm sido denunciadas pela bancada. Quem não se lembra da absurda ideia do governador de criar escolas rurais para segregar pessoas em situação de rua e dependentes químicos?

Dados do Observatório de Direitos Humanos da UFMG revelaram que aproximadamente 88.415 pessoas estão em situação de rua no Estado de São Paulo. A falta de moradia digna e a requalificação profissional são problemas ignorados, enquanto os albergues disponíveis estão em condições precárias. A política repressiva da gestão causa medo e insegurança, com internações forçadas e falta de fiscalização.

Ao invés de dialogar com os movimentos sociais ligados à população em situação de rua, a gestão Tarcísio de Freitas mantém uma política repressiva, retirando pertences das pessoas e utilizando forças policiais para dispersar os dependentes químicos. Além disso, muitos são internados à força em comunidades terapêuticas, sem fiscalização adequada. A liderança apresentou vários requerimentos questionando o governo do estado e as práticas denunciadas pela imprensa.

A bancada está atenta e atuando também na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, presidida pelo deputado Eduardo Suplicy (foto superior) e que tem como membro efetivo a deputada Beth Sahão, sempre lutando e exigindo projetos que garantam dignidade às pessoas mais vulneráveis.



## CPI DESNECESSÁRIA

A CPI de Transição de Gênero encerrou seus trabalhos sem provar irregularidades no atendimento do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Hospital das Clínicas, como apontou a bancada da Federação desde o início.

Representada na CPI pelas deputadas Beth Sahão (foto abaixo) e Professora Bebel, a bancada da Federação PT/PCdoB/PV apresentou relatório em separado, denunciando o uso político e ideológico do tema. Os relatórios foram encaminhados ao Ministério Público.



# SEGURANÇA

## A ESCALADA DA VIOLÊNCIA

A Operação Escudo, resposta truculenta da gestão Tarcísio aos ataques de criminosos a agentes de segurança, foi deflagrada no litoral paulista, em julho de 2023, e causou a morte de 28 pessoas nas ações.

Desde o seu início, há denúncias de execução, tortura, invasão de casas de moradores e apagamento de provas. Os trabalhos de investigação da operação foram e estão sendo acompanhados pela bancada da Federação PT/PCdoB/PV, que integra o Grupo de Trabalho junto com entidades da área de direitos humanos e Ouvidoria.

Este grupo esteve, em 2023, em reunião com o Procurador Geral do Estado, Mário Sarrubbo, exigindo acompanhamento.

Neste início de 2024, novas ações foram

deflagradas. A chamada Operação Verão vitimou ao menos 39 pessoas, até fevereiro deste ano.

Novamente, um relatório elaborado por entidades da área foi entregue ao Ministério Público. Sem o uso regular das câmeras nos uniformes, pouco se sabe como têm se dado, de fato, essas operações.

De acordo com a própria Secretaria de Segurança Pública, apenas seis dos policiais que participaram das ocorrências letais da Operação Escudo, em 2023, portavam câmeras corporais. Tarcísio de Freitas limitou os recursos destinados ao programa e afirmou não ter planos para comprar novas câmeras. A Bancada segue atenta e denunciando violações.

## COMBATE A TODA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO



Também no Parlamento, a bancada tem atuado para combater toda forma de violência e discriminação. Após episódio de racismo sofrido pela deputada Thainara Faria, foi elaborada uma cartilha do Legislativo com ações preventivas contra o assédio e a discriminação. A Bancada da Federação também apresentou o Projeto de



Resolução 33/23, que inclui como infração ético-disciplinar o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação no âmbito da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Vitória importante foi a sanção do projeto do deputado Teonílio Barba que instituiu o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, como feriado estadual.



# CEM DIAS SEM NADA

Em 2023, apenas na capital do Estado, foram registrados dois ataques em escolas com vítimas fatais. No dia 27 de março, um aluno de 13 anos matou com golpes de faca a professora Elizabeth Tenreiro e feriu quatro pessoas, na Zona Oeste da capital.

Uma das primeiras ações desta liderança da Bancada foi marcar os 100 dias da gestão Tarcísio com um ato político em frente à escola em que lecionava a professora Elizabeth, com a finalidade de demarcar um contraponto em relação à falta de ação efetiva do governo de São Paulo.

Em 23 de outubro, novo ataque a

tiros, na Escola Estadual Sapopemba, matou a estudante Giovana Silva, de 17 anos, e feriu três pessoas.

Pesquisadores apontam que o número de ataques em escolas no Brasil, em 2022 e 2023, superou o total registrado nos 20 anos anteriores.

O governo federal criou um canal exclusivo para recebimento de informações sobre ameaças e ataques contra as escolas. Em São Paulo, a resposta de Tarcísio foi o veto ao projeto que previa um psicólogo em cada unidade escolar e a contratação tardia de apenas 500 profissionais para atuar em 5 mil escolas da rede estadual.

## VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Estatísticas apontam o aumento da violência contra a mulheres: feminicídio, violência doméstica e crimes sexuais.



Em abril, o presidente Lula sancionou lei que obriga o funcionamento ininterrupto das delegacias especializadas, mas o governo Tarcísio decidiu manter a maioria das delegacias fechadas durante a noite.

Talvez porque a gestão gastou somente 3% do valor previsto no orçamento do estado para a implementação de delegacias da mulher 24 horas.

Vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres, a deputada Ana Perugini (foto), junto com a deputada Márcia Lia, tem exigido que a secretaria estadual de Mulheres exerça, de fato, seu papel de atuar em defesa das mulheres paulistas.

## O ESCÂNDALO DA ANISTIA DAS MULTAS DA COVID-19

Tarcísio de Freitas perdoou dívida de R\$ 1 milhão que Jair Bolsonaro deveria pagar aos cofres públicos paulistas por não cumprir medidas sanitárias durante a pandemia de Covid-19.

A bancada da Federação denunciou o escândalo e o PT acionou a Justiça. Em manifestação dirigida ao Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da ação apresentada pelo PT, a Advocacia-Geral da União defendeu, em dezembro de 2023, a inconstitucionalidade da lei sancionada no Estado de São Paulo e que anistiou as multas aplicadas durante a pandemia da Covid-19.

O perdão das dívidas foi incluído pelo governador em projeto de lei apresentado em agosto e aprovado em novembro de 2023. Na proposta que tratava de transações e cobrança da dívida ativa, o governador incluiu um artigo que não se referia ao tema proposto, mas ao cancelamento das multas aplicadas a negacionistas



Brumchargista

que não utilizaram máscaras ou promoveram aglomeração durante a pandemia de Covid-19.

O total de multas aos que não cumpriram as regras estabelecidas pelo governo do Estado em São Paulo, durante a pandemia, chegou a R\$ 72,1 milhões, e algumas já haviam sido pagas.

Já deputados bolsonaristas e o próprio Jair Bolsonaro, que fizeram depósito das multas em juízo, foram anistiados e deixaram de ser punidos financeiramente por descumprir as medidas sanitárias em uma pandemia que vitimou mais de 700 mil brasileiros.





## Ocupar e resistir

*A participação da Bancada da Federação nos espaços de decisão do Parlamento é ferramenta de resistência da oposição.*

### **Primeira Secretaria – Deputado Teonílio**

**Barba:** O órgão que comanda as atividades administrativas e parlamentares da Alesp é chamado Mesa Diretora. Ela é composta por três deputados (presidente, primeiro e segundo secretários), eleitos em voto aberto por seus colegas. A escolha desses dirigentes e de seus substitutos ocorre de dois em dois anos. (Sala T 37 da Assembleia de SP. Tel.: (11) 3886-6232 / 8963)

### **Liderança da Minoria – Deputado Enio**

**Tatto:** Ao líder da Minoria é conferido o direito de representar os interesses dos parlamentares de oposição frente aos órgãos da Assembleia Legislativa. A Minoria, neste momento, é composta por 26 dos 94 parlamentares. (Andar Térreo da Assembleia de SP. Tel.: (11) 3886-6847)

### **Liderança da Federação PT/PCdoB/**

**PV – Deputado Paulo Fiorilo:** O papel dos líderes é o de ser porta-voz e representar um grupo de deputados e deputadas nas sessões e demais reuniões, em especial no Colégio de Líderes, que define a pauta de votação. Atualmente, a Bancada da Federação

soma 19 cadeiras. (Recepção: Sala M04 da Assembleia de SP. Tel.: (11) 3886-6447)

### **Ouvidoria - Deputada Leci Brandão:**

A Ouvidoria do Parlamento auxilia o cidadão em suas relações com o Estado. Representação indicada para dois anos consecutivos. Atendimento: segunda a sexta-feira, das 10:00 às 18:00 horas (Sala M24 da Assembleia de SP. Tel.: (11) 3886-7106 E-mail: [ouvidoriadoparlamento@al.sp.gov.br](mailto:ouvidoriadoparlamento@al.sp.gov.br))

### **Procuradoria Especial da Mulher -**

**Deputada Professora Bebel:** Procuradoria Especial busca a criação de políticas voltadas às mulheres e a promoção constante de debates, palestras, seminários e audiências públicas sobre essa temática. (11) 3886-6645 E-mail [professorabebel@al.sp.gov.br](mailto:professorabebel@al.sp.gov.br)

**SOS Racismo – Iara Bento:** O serviço SOS Racismo está instalado na sala S03 da Assembleia de São Paulo e tem um Disque Denúncia contra o preconceito, a discriminação e a intolerância racial e cultural. (Sala M51 da Assembleia de SP. Disque Denúncia: 0800 77 25 377)



# BANCADA

Este é o time  
de deputadas e  
deputados da  
Federação  
PT/PCdoB/PV



**Ana Perugini**

Vice-presidente da Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres e membro da Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais, coordena a Frente Parlamentar Sistema Cross/SUS e a Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores da Justiça.

<https://www.instagram.com/anaperugini/>



**Beth Sahnão**

Membro das Comissões de Direitos Humanos, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Saúde e de Ciência e Tecnologia, atuou na CPI sobre Transição de Gênero. Coordena Frente em Defesa das Universidades Públicas e dos Institutos de Pesquisa, e em Defesa das Meninas e Mulheres.

<https://www.instagram.com/bethsahao/>



**Donato**

Membro das Comissões de Transportes e Comunicações e de Fiscalização e Controle, atuou na CPI da Prevenção de Deslizamentos em Encostas. Coordena Frente parlamentar pelo Instituto Federal e Campus da Unifesp na Zona Sul da Capital e pela Cultura Hip Hop.

<https://www.instagram.com/donatopt/>



**Dr. Jorge do Carmo**

Vice-presidente da Comissão de Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana e membro das comissões de Direitos do Consumidor e de Constituição e Justiça, atuou na CPI- Prevenção de Deslizamentos em Encostas. Coordena a Frente em Defesa da População em Situação de Rua.

<https://www.instagram.com/depdrjorgedocarmo/>



**Eduardo Suplicy**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e membro da Comissão de Segurança Pública, atuou na CPI que investigou a chamada Epidemia do Crack. Coordena a Frente Parlamentar pela Implementação da Renda Básica de Cidadania.

<https://www.instagram.com/eduardosuplicy/>



**Emidio de Souza**

Coordenador da Frente Parlamentar contra a Privatização da Sabesp, atuou na defesa do direito à água e ao saneamento básico em todo o Estado. É membro das Comissões de Transportes e Comunicações e de Direitos da Pessoa com Deficiência e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

<https://www.instagram.com/emidiodesouzaoficial/>



**Enio Tatto**

Líder da minoria, é membro das Comissões de Transportes e Comunicações e de Finanças, Orçamento e Planejamento, com atuação destacada na discussão do Orçamento do Estado. Coordena a Frente Parlamentar pela Melhoria, Modernização, Segurança e Acessibilidade das Linhas da CPTM.

<https://www.instagram.com/deputadoeniotatto/>





**Leci Brandão**

Membro da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Assuntos Desportivos, é coordenadora da Frente Parlamentar de Defesa da Cultura e Economia Criativa e ouvidora da Alesp.

<https://www.instagram.com/deputadalecibrandao/>



**Luiz Claudio Marcolino**

Vice-presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento e membro das Comissões de Saúde e de Administração Pública e Relações do Trabalho, atuou na CPI da Enel e coordena a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia, Inovação e Mercado de Trabalho.

<https://www.instagram.com/lcmarcolino13/>



**Luiz Fernando**

Presidente da Comissão de Infraestrutura, membro da Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais, ocupou a vice-presidência da CPI que investigou irregularidades na Enel Distribuição São Paulo, e propôs a Frente Parlamentar em Apoio à Indústria Química e Farmacêutica.

<https://www.instagram.com/luizfernandopt13/>



**Márcia Lia**

Membro das Comissões de Defesa dos Direitos das Mulheres e de Atividades Econômicas, coordena as Frentes parlamentares pela Habitação, Reforma e Regularização Fundiária Urbana, e pela Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Segurança Alimentar e Regularização Fundiária.

<https://www.instagram.com/depmarcialia/>

**Maurici**

Presidente da Comissão de Relações Internacionais, vice-presidente da Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, coordena Frente Parlamentar pela Prevenção dos Efeitos das Mudanças Climáticas.

<https://www.instagram.com/deputadomaurici/>

**Paulo Fiorilo**

Líder da bancada da Federação PT/PCdoB/PV, é membro das Comissões de Relações Internacionais e de Defesa dos Direitos do Consumidor. Coordena as Frentes pelo Desenvolvimento Econômico Regional, pelo Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão e pela Valorização Ítalo-brasileira.

<https://www.instagram.com/fiorilopaulo/>

**Professora Bebel**

Presidente da Comissão de Educação e Cultura, membro das Comissões de Ciência e Tecnologia, Turismo e Administração Pública e Relações do Trabalho, atuou na CPI da Transição de Gênero. Coordena Frentes em Defesa do Serviço Público e do Funcionalismo, da Educação Básica e da Cultura Popular.

<https://www.instagram.com/professorabebel/>

**Reis**

Membro das Comissões de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, Constituição, Justiça e Redação e de Fiscalização e Controle, coordena Frentes parlamentares em Defesa da Polícia Penal, da Polícia Civil e em Defesa do Iamspe e do Hospital do Servidor Público.

<https://www.instagram.com/reisptsp/>





**Rômulo Fernandes**

Membro das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Turismo, atuou na CPI que investigou golpes com Pix e clonagem de cartões.

<https://www.instagram.com/13romulofernandes/>



**Simão Pedro**

Membro das Comissões de Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana e de Assuntos Desportivos, atuou na CPI da Epidemia do Crack. Coordena a Frente em Defesa do Ciclo Alimentar Sustentável, Reciclagem, Agroecologia, Agricultura Urbana, Alimentação Saudável e Combate ao Agrotóxico.

<https://www.instagram.com/simaopedrochiovetti/>



**Teonilio Barba**

Primeiro secretário da Mesa Diretora da Alesp, coordena Frentes em Defesa da Economia Popular Solidária e do Cooperativismo; de Apoio ao Programa Minha Casa Minha Vida e em Defesa de Reforma Tributária Justa/Inclusiva/Aumento do Emprego/Renda.

<https://www.instagram.com/teoniliobarba/>



**Thainara Faria**

Membro das Comissões de Atividades Econômicas e de Infraestrutura, coordena frentes parlamentares pela Estruturação das Delegacias da Mulher e Acolhimentos Emergenciais de Mulheres em Risco; pelo Direito à Permanência Estudantil no Ensino Superior; e em Defesa de Crianças e Adolescentes.

<https://www.instagram.com/thainarafaria13/>

# PT O PARTIDO QUE DEFENDE VOCÊ



Facebook - <https://www.facebook.com/PTalespOficial>



Instagram - <https://www.instagram.com/ptalesp/>



Twitter - <https://www.x.com/ptalesp>



Fale no WhatsApp da Liderança - (11) 94208-0940



Site da bancada: <https://pt-assembleia-sp.org/>



